

# Estudo Técnico Preliminar 4/2022

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 00088.000054/2021-95

## 2. Descrição da necessidade

Toda organização deve orientar sua atuação com base em seu relacionamento ético e transparente com todas as partes interessadas, visando ao desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, deve preservar os recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais. A liderança na cidadania implica influenciar outras organizações, públicas ou privadas, a se tornarem parceiras nestes propósitos e, também, estimular as pessoas de sua própria força de trabalho a se engajarem em atividades sociais.

1.1. Pelo exame da Lei 12.305/2010, art. 20, em combinação com a Lei Distrital 5.610/2016, art 2º, foi verificada a necessidade de elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, doravante designado apenas como PGRS, para a Presidência da República, vez que o volume diário de resíduos sólidos gerados ultrapassa o limite diário de 120 litros (volume limite para a equiparação a resíduos domiciliares).

1.2. Com o PGRS, além do atendimento a legislação vigente, será buscado o objetivo de melhorar a gestão dos resíduos sólidos produzidos pelo Órgão e a propositura de medidas que reduzam os impactos no meio ambiente, causados pela eventual disposição inadequada dos resíduos.

1.3. A concepção do PGRS estabelece os princípios, procedimentos, normas e critérios referentes à geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos, que dará subsídio à contratação de empresa de prestação de serviço de coleta, transporte e disposição final dos resíduos gerados pela Presidência da República

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
coordenação de serviços gerais/COAGE/DILOG/SA	Erlandio Leite Paulino

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação é motivada e justificada para atender às exigências da Lei Nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e o Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, que regulamentou a Lei Nº 12.305 /2010. com base na Lei Distrital nº 5.610/16 e aos prescritos nos artigos 2º, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º do Decreto nº 37.568 de 24 de agosto de 2016, que dispõem sobre a responsabilidade dos grandes geradores de resíduos sólidos no âmbito do Distrito Federal. A elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos deverá conter, no mínimo:

I - descrição do empreendimento ou atividade;

II - diagnóstico dos resíduos sólidos gerados ou administrados, contendo a origem, o volume e a caracterização dos resíduos, incluindo os passivos ambientais a eles relacionados;

III - observadas as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa e, se houver, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos;

a) explicitação dos responsáveis por cada etapa do gerenciamento de resíduos sólidos;

b) definição dos procedimentos operacionais relativos às etapas do gerenciamento de resíduos sólidos sob responsabilidade do gerador;

IV - identificação das soluções consorciadas ou compartilhadas com outros geradores;

V - ações preventivas e corretivas a serem executadas em situações de gerenciamento incorreto ou acidentes;

VI - metas e procedimentos relacionados à minimização da geração de resíduos sólidos e, observadas as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa, à reutilização e reciclagem;

VII - se couber, ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, na forma do art. 31;

VIII - medidas saneadoras dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos; e

IX - periodicidade de sua revisão, observado, se couber, o prazo de vigência da respectiva licença de operação a cargo dos órgãos do Sisnama.

3.2. O serviço a ser contratado não possui natureza continuada.

3.3. A metodologia deverá fundamentar-se na pesquisa e na análise dos processos de geração, segregação, coleta, classificação, acondicionamento, armazenamento, transporte, transbordo, reciclagem, reutilização, tratamento e disposição final dos resíduos produzidos na Presidência da República, e terá por base um processo de integração entre a empresa e os setores envolvidos.

3.4. A duração inicial do contrato estará vinculada às seguintes etapas de execução dos serviços:

1) **Etapas de Diagnóstico** - Nesta etapa será elaborado um relatório, apresentado na forma impressa, em papel A4, e na forma digital, em DVD/CD-ROM, contendo diagnóstico detalhado da gestão dos diversos resíduos produzidos no âmbito da Presidência da República e órgãos a ela vinculados, em que serão descritos os setores envolvidos, os tipos de resíduos existentes, a sua classificação, identificação, além de serem analisadas todas as etapas de produção, descartes, coleta e destinação final dos materiais mediante a realização de estudos decorrentes.

2) **Etapas de Prognóstico**: Nesta etapa será produzido um relatório, na forma impressa, em papel A4, e na forma digital, apresentado em DVD/CD-ROM, contendo a definição de diretrizes e metas, mediante a análise do diagnóstico das estruturas organizacionais e técnico-operacionais, no intuito de que sejam definidos investimentos e ações a serem realizados, devendo as proposições estar de acordo com os eventuais problemas encontrados a serem factíveis de implantação.

## 5. Levantamento de Mercado

O escopo contratual consiste na elaboração de PGRS para Presidência da República, o plano envolverá a apresentação de um relatório sobre o diagnóstico da situação atual da gestão de resíduos sólidos na PR, por intermédio de avaliações sistêmicas, a fim de que sejam identificadas possibilidades de melhoria do sistema de coleta seletiva, e também englobará um relatório a respeito do prognóstico para a adequada gestão dos resíduos sólidos, oferecendo, ao final, proposições para ações de curto, médio e longo prazo. A metodologia deverá fundamentar-se na pesquisa e na análise dos processos de geração, segregação, coleta, classificação, acondicionamento, armazenamento, transporte, transbordo, reciclagem, reutilização, tratamento e disposição final dos resíduos produzidos no órgão da Presidência da República, e terá por base um processo de integração entre a empresa e os setores envolvidos.

A modalidade de contratação em tela é aquela praticada pelo mercado.

Os estudos que antecedem a contratação consideram outras contratações de órgãos congêneres

## 6. Descrição da solução como um todo

A elaboração do PGRS é sempre aderente às realidades do órgão, sendo que cada organização deve construir um plano customizado às suas complexidades e particularidades, que não apenas produza um recorte do quadro atual da gestão dos

resíduos descartados pela Presidência da República, mas que também aponte tanto para um modelo de gestão mais eficiente e adequado às diretrizes dos normativos vigentes e para um futuro em que todos os indicadores sejam gradativa e continuamente aprimorados por meio das ações promovidas pelo próprio PGRS.

#### **Relatório Diagnóstico:**

Nesta etapa será elaborado um relatório, apresentado na forma impressa, em papel A4, e na forma digital, em DVD/CD-ROM, contendo diagnóstico detalhado da gestão dos diversos resíduos produzidos em todos os órgãos da Presidência da República, em que serão descritos os setores envolvidos, os tipos de resíduos existentes, a sua classificação, identificação, além de serem analisadas todas as etapas de produção, descartes, coleta e destinação final dos materiais mediante a realização dos seguintes estudos:

- Explicitação de cada etapa do gerenciamento de resíduos sólidos, com a descrição do empreendimento ou atividade;
- Determinar/identificar e quantificar os pontos de geração de resíduos, dentro e fora do processo produtivo;
- Determinar/identificar e quantificar os pontos de segregação de resíduos;
- Indicar a forma de acondicionamento dos resíduos;
- Informar se há estoque de resíduos;
- Frequência de geração dos resíduos (inventário deve informar a frequência por resíduo);
- Indicar a destinação dos resíduos gerados;
- Apresentar plantas e/ou desenhos esquemáticos de localização dos pontos de geração e armazenamento dos resíduos.
- Apresentar dashboards, figuras, gráficos e outros elementos que facilitem a análise do PGRS. OBS: O local de armazenamento dos resíduos deve constar nas coordenadas geográficas.
- Estrutura administrativa e organizacional de suporte aos serviços de coleta, incluindo
- Mapeamento de toda a estrutura: instalações físicas, lixeiras, equipamento e recursos humanos;
- Diagnóstico dos resíduos sólidos gerados ou administrados, contendo a estimativa do volume e do peso, conforme a sua origem, a exemplo de pilhas e baterias, lâmpadas fluorescentes, óleos e graxas, pneus, resíduos de serviço de saúde, de construção civil, lixo orgânico e outros materiais relevantes, incluindo os passivos ambientais a eles relacionados;
- Indicar o volume diário de resíduos sólidos indiferenciados, por unidade geradora, identificando-a, se for o caso, como grande geradora de resíduos sólidos, conforme a Lei 5.610, de 16 de fevereiro de 2016.
- Análise dos aspectos técnico-operacionais, incluindo desde o processo de produção até a destinação final dos resíduos, mediante o levantamento de dados sobre a cadeia de coleta seletiva, reaproveitamento e reciclagem no mercado formal e informal;
- Classificação dos resíduos segundo a ABNT NBR 10004:2004 (Classe I, II A e II B) e a Lei nº 12.305/2010. Esta classificação deverá ser realizada por profissional habilitado e laboratório credenciado, quando for o caso, deve ser embasada nos laudos técnicos de análises submetendo os resíduos nos testes de solubilização/lixiviação conforme as NBR 10.006 e NBR 10.005 ou ainda, outros tipos de análises que os responsáveis julgarem necessárias para melhor identificar os resíduos sólidos.

– Observância das normas estabelecidas pelos órgãos competentes;

– Percentual de comprometimento atual e futuro do serviço de limpeza urbana.

- O PGRS deve ser disponibilizado anualmente ao órgão distrital competente, ao órgão licenciador do SISNAMA e às demais autoridades competentes.
- Plano de contingência: no documento deve estar especificado quais as ações preventivas e corretivas para o controle e minimização de danos causados ao meio ambiente e ao patrimônio quando da ocorrência de situações anormais envolvendo quaisquer das etapas do gerenciamento do resíduo;

- No PGRS deverão constar a forma de acionamento (telefone, e-mail, etc.), os recursos humanos e materiais envolvidos para o controle dos riscos, a definição das competências, responsabilidades e obrigações das equipes de trabalho, e as providências a serem adotadas em caso de acidente ou emergência.

#### **Relatório de Prognóstico:**

Na segunda fase, será realizado um prognóstico, elaborando-se um relatório, na forma impressa, em papel A4, e na forma digital, apresentado em DVD/CD-ROM, contendo a definição de diretrizes e metas, mediante a análise do diagnóstico das estruturas organizacionais e técnico-operacionais, no intuito de que sejam definidos investimentos e ações a serem realizados, devendo as proposições estar de acordo com os eventuais problemas encontrados a serem factíveis de implantação, por intermédio das seguintes medidas:

- Previsões para a evolução da geração “per capita” de resíduos, considerando o seu quantitativo e qualitativo;
- Identificação de soluções consorciadas ou compartilhadas com outros geradores, incluindo possíveis parcerias com usinas de compostagem,
- Ações preventivas e corretivas a serem executadas em situações de gerenciamento incorreto ou acidentes;
- Estudo das potencialidades técnicas para o reaproveitamento e a reciclagem dos materiais, mormente visando à geração de trabalho e renda na destinação final dos resíduos;
- Proposição de investimentos a serem realizados com as cooperativas de catadores de materiais recicláveis, por meio de contratos, convênios, acordos ou outros instrumentos legais, indicando possíveis instituições a serem envolvidas;
- Metas e procedimentos relacionados à minimização da geração de resíduos sólidos e, observadas as normas estabelecidas pelos órgãos competentes, à reutilização e reciclagem;
- Se couber, ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;
- Busca de alternativas auxiliares para a gestão adequada dos resíduos sólidos;
- Medidas saneadoras dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos;
- Hierarquização das demandas envolvendo a geração, a coleta e a disposição final de resíduos;
- Proposições para ações de curto, médio e longos prazos, mormente no que diz respeito à
- capacitação e valorização dos setores envolvidos com o manejo de resíduos sólidos;
- Estabelecimento de indicadores ambientais para a gestão dos materiais descartados, envolvendo implementação e acompanhamento de metas na execução do plano, que possibilitem a avaliação dos resultados e a promoção de revisões periódicas.
- Para empreendimentos de pequeno e médio porte, apresentar ações de Educação Ambiental e de treinamento/capacitação voltados ao público interno, objetivando sensibilizar os profissionais envolvidos com a geração dos resíduos, dentro e fora do processo produtivo, a eliminar desperdícios e a realizar a triagem e a coleta seletiva e reciclagem dos resíduos;
- Para os casos de empreendimentos de grande porte ou geradores de significativa quantidade de resíduos, assim como aqueles considerados potencialmente poluidores, apresentar um programa de educação ambiental voltado aos trabalhadores, e conforme a realidade, às comunidades do entorno do empreendimento, aos usuários de seus produtos e ao setor educacional, no sentido de estimular a adoção de práticas ambientalmente saudáveis de consumo, da reciclagem, bem como de preservação ambiental;
- Apresentar um programa de redução na fonte descrevendo as atividades/medidas, as metas e os procedimentos direcionados a: não geração, minimização da geração, reutilização/reciclagem de resíduos, controle da poluição, monitoramento do passivo ambiental e responsabilidade pós-consumo. Devem ser especificadas a classificação, a quantidade e a destinação dos resíduos passíveis de reutilização/reciclagem, assim como, os procedimentos de manejo utilizados na segregação dos resíduos, na origem, coleta, armazenamento, transporte, reutilização/reciclagem e sua destinação final.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Será elaborada 1 (uma) unidade de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, o qual abrangerá todas as unidades da Presidência da República, a saber:

- Palácio da Planalto
- Palácio da Alvorada
- Palácio do Jaburu
- Residência Oficial da Granja do Torto
- Anexos I, II, III, IV do Palácio da Planalto
- Edificações da Via N2.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 43.900,00

Para a estimativa de preços ou preços referenciais, a equipe de planejamento considerou as orientações colimadas na Instrução Normativa nº 73, de 5 de agosto de 2020, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

A equipe de planejamento da contratação realizou a pesquisa de preços junto ao mercado fornecedor, utilizando a metodologia disposta na Instrução Normativa nº 73/2020, *verbis*:

*Art. 6º: Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.*

Quadro demonstrativo da pesquisa de preços junto ao mercado fornecedor (3017996):

MAPA COMPARATIVO DE PREÇO PROPOSTAS RECEBIDAS							
2 F - CONSULTORIA AMBIENTAL	ECOSIS	EVOLUE SEGURANÇA	MASTER AMBIENTAL	YPE AMARELO	MENOR	MEDIANA	MÉDIA
<del>R\$ 270.678,38</del>	<del>R\$ 107.188,00</del>	R\$ 40.000,00	R\$ 43.900,00	R\$ 60.000,00	R\$ 40.000,00	<b>R\$ 43.900,00</b>	R\$ 47.966,67

Item	Produto - PGRS	Quantidade	Total
1	Diagnóstico / Prognóstico	1	R\$ 43.900,00

Foram realizadas, também, pesquisas no sítio eletrônico Painel de Preços (<https://paineldeprescos.planejamento.gov.br/>), entretanto não foram localizadas nesta ferramenta contratações capazes de servir como referenciais que pudessem apresentar as mesmas características e particularidades. Para a estimativa de custos, foi elaborada pesquisa no sítio compras governamental e foram encontrados objetos que correspondem à mesma descrição contida neste Projeto Básico (Plano de Gerenciamento de

Resíduos Sólidos), todavia o preço de serviço de consultoria para elaboração do plano de gerenciamento de resíduos sólidos praticados por esses órgãos públicos não servem de parâmetro para serem utilizados no objeto desta contratação, devido à dimensão e a complexidade da Presidência da República. Esta instituição, que além de abrigar sob o mesmo espaço a Casa Civil - CC, a Secretaria de Governo - SEGOV, a Secretaria-Geral - SG e o Gabinete de Gestão Institucional - GSI, também é responsável pela administração de 2 (dois) palácios e 2 (duas) residências oficiais, além do Pavilhão das Metas, localizado à Via N1 e de outras edificações que estão vinculadas à sua estrutura organizacional.

Foram consultados editais de órgãos congêneres em suas contratações:

Item	Órgão	Nº do Pregão
1	Tribunal de Contas da União - TCU	20/2020
2	Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF	16/2019
3	Assembleia Legislativa do Estado do Ceará - ALECE	21/2017

Além da consulta aos editais acima, foram realizadas consultas aos Termos de Referência e Projetos Básicos dos seguintes órgãos:

Câmara dos Deputados

Controladoria Geral da União - CGU

Ministério da Agricultura - MAPA

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A participação de consórcios não será admitida, uma vez que o objeto a ser adquirido é amplamente comercializado por diversas empresas no mercado. Tal permissão poderia causar dano à administração por frustrar o próprio caráter competitivo da disputa pelo menor preço.

A subcontratação total ou parcial não estão permitidas.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Há, no Órgão, os contratos, os quais tem seu objeto correlato ao da presente contratação:

- Contrato 03/2021 - Sei: 00088.001027/2018-34 - Contratação de empresa especializada, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com pessoal próprio e qualificado, e com fornecimento de todos os materiais, equipamentos, utensílios e ferramentas necessários à execução de serviços gerais na área de limpeza, asseio, conservação, almoxarifados, camareiras e carregadores.
- Contrato 44/2017 - Sei:00088.001523/2017-15 - serviços continuados de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos orgânicos e indiferenciados
- Termos de Compromisso - Sei: 00133.001642/2021-53 - com associações e/ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis para o recolhimento, separação e destinação de resíduos recicláveis descartados.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação está alinhada com a missão da Secretaria-Geral de "Assistir o Presidente da República na condução estratégica de governo e prover o suporte para o alcance dos objetivos institucionais da Presidência da República" (Mapa Estratégico - Secretaria-Geral 2020/2023)

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Espera-se que, com a contratação, possa ser obtido o volume dos materiais e rejeitos descartados pela Presidência da República e todas as suas unidades, bem como o melhoramento da gestão dos resíduos sólidos produzidos pelo Órgão e a propositura de medidas que reduzam os impactos no meio ambiente, causados pela eventual disposição inadequada dos resíduos

## 13. Providências a serem Adotadas

A contratação não exige providências específicas a serem adotadas.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

A elaboração do PGRS visa a reduzir os impactos ambientais negativo causados pela má destinação do lixo orgânico e reciclável.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação em perspectiva é viável, justificada pela necessidade de adequação do órgão aos normativos vigentes, dentre eles, citamos a Lei 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS e a Lei nº 5.610, de 18 de fevereiro de 2016 dispõe sobre a responsabilidade dos grandes geradores de resíduos sólidos na gestão de seus próprios resíduos não perigosos e não inertes, incluindo a obrigatoriedade de gerir o acondicionamento adequado, a coleta, o transporte e a disposição final dos resíduos sólidos.

## 16. Responsáveis

GUILHERME DE OLIVEIRA SANTANA

Administrador